



**UNILA**

PPGIELA

# **Interseccionalidade e Fronteiras**

**Pré-Evento - 18. Congresso Mundial de Antropologia - IUAES**

**12 e 13 julho 2018**

**Jardim Universitário | UNILA**



# ENCARCERAMENTO EM MASSA E MATERNIDADE DESDE A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Mestranda Caroline Gatti Sobreiro de Medeiros (UNILA) [carolgatti91@gmail.com](mailto:carolgatti91@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho pretende debater as implicações e impossibilidades das mulheres privadas de liberdade exercerem a maternidade após serem encarceradas. Estima-se que 74% das mulheres presas têm filhos fora dos muros da prisão, sendo, o encarceramento, um marco na ruptura dessa relação. (Infopen, 2016) A maternidade, por sua vez, acaba sendo utilizada como mais uma ferramenta punitiva e de violação contra a vida das mulheres privadas de liberdade, visto que a penalidade para esse grupo é maior perante a homens presos pelo mesmo crime e, ainda seus filhos também sofrem a precarização da vida depois da prisão de suas mães. Para tanto, a interseccionalidade como análise teórico-metodológica propõe observar tal fenômeno inter cruzando as categorias de violação dentro das instituições penitenciárias, de modo que, quanto mais categorias se interseccionam, maior será a punição contra essa população, tais como: gênero, raça, classe, sendo a maternidade o centro dessas intersecções.

Palavras-chave: Encarceramento feminino; maternidade; interseccionalidade; violação de direitos

## 1. Introdução

O Brasil é um dos países que vem sofrendo com o fenômeno do encarceramento em massa, ocupando lugar privilegiado no ranking dos mais altos índices de encarceramento. Em 2014 o Ministério de Justiça, em conjunto com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), promoveram o Levantamento Nacional de Informação Penitenciário (Infopen) reunindo dados sobre todas as instituições penais brasileiras desde o ano 2000. Os dados coletados revelaram o aumento de 270% da população carcerária geral nos últimos catorze anos, contando, atualmente, com 622.202 mil presos, promovendo o Brasil para o 4º lugar no ranking mundial. Os dados ainda apontam o problema da superlotação carcerária, há mais pessoas presas em relação à quantidade de vagas nas penitenciárias (Infopen, 2014).

Após o censo de 2014, os resultados do levantamento tiveram repercussão nas mídias, dando maior visibilidade à questão do encarceramento em massa no país, fenômeno o qual vem ocorrendo mundialmente.

Os dados apresentados sobre o crescimento da população carcerária feminina são impactantes.. Entre 2000 – 2016 a população carcerária feminina aumentou em quase 700%, passando de 5.601 para 42.400 mulheres presas, de modo que o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de encarceramento feminino (Infopen, 2016)

Embora o crescimento da população feminina nas prisões tenha atingido níveis tão altos num curto espaço de tempo, o sistema penitenciário não tem acompanhado as necessidades das mulheres privadas de liberdade. Os presídios são territórios majoritariamente masculinos, pensado por homens e para homens. Dessa forma, as particularidades do gênero feminino são negligenciadas. Exemplo emblemático o qual caracteriza a precariedade dos presídios enquanto espaço que negligencia as vidas das mulheres presas, é o caso da gestação e do exercício da maternidade. A maioria das penitenciárias brasileiras não conta com infraestrutura adequada para abrigar gestantes e mães acompanhadas por seus filhos, incluindo o descumprimento da Lei nº13.257/2016 e das Regras de Bangkok, as quais deveriam garantir os direitos constitucionais à gestante ou mães com filhos até 12 anos a cumprirem pena em regime domiciliar.

Estima-se que 80% das mulheres presas no Brasil são mães. Quando seus filhos ficam fora, o encarceramento marca a ruptura da relação entre mães e filhos. Dados da Infopen 2014 e de 2016 mostraram a dificuldade em coletar dados exatos sobre os filhos das mulheres presas, uma vez que, quem responde aos dados coletados é a direção de cada prisão e eles não possuem um controle exato sobre essas informações. O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Mulheres de 2016, ainda que tenha apresentado um subcapítulo exclusivo referente aos filhos das mulheres presas e ainda, segue pontuando as possíveis falhas de controle de informação

## **2. Interseccionalidade, encarceramento e maternidade**

Os dados levantados no ano de 2014 (reafirmado pelo levantamento de 2016) mostram que a população carcerária feminina não é composta por uma multiculturalidade de mulheres. As mulheres em situação de privação são em sua maioria negras (62%), baixa escolaridade (60%), jovens (68%) e mães (74%). Diante desse cenário é notável que o fenômeno de encarceramento em massa feminino é um projeto genocida em curso que tem como principais alvos as mulheres negras, pobres, jovens e mães. A interseccionalidade, então, entra como abordagem teórico-metodológica para articular os motivos pelos quais o sistema prisional pune e penaliza majoritariamente esse grupo específico.

O conceito de interseccionalidade é elaborado pela advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), ativista dos direitos das mulheres negras e também professora de Direito na Universidade da Califórnia. Para a autora as categorias de discriminação são acumulativas, logo, quanto mais categorias forem sobrepostas, maiores serão as violações contra essa pessoa. A

intersseccionalidade, então, cruza as categorias, tais como gênero, raça e classe (Kimberlé Crenshaw, 2002).

As prisões femininas são territórios nos quais, violentamente todas as intersecções se sobrepõem às mulheres em situação de privação. Quanto mais pontos de intersecção, maior será a violação de direitos e maior será a sentença das penas contra estas mulheres. No cenário das prisões femininas brasileiras, a maternidade ocupa o ponto central da intersecção, pois, aproximadamente, 80% dessas mulheres são mães. Para a intelectual, feminista negra interseccional e ativista antipunitivista, Juliana Borges (2018), o problema do fenômeno do encarceramento em massa tem suas raízes num sistema de justiça racista.:

O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento mais do que perpassados por esta estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial.. Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades.

Gênero e pobreza são outras duas categorias que costuram o território das cadeias brasileiras, conferindo uma subvida as mulheres presas, como afirma a advogada brasileira Dina Alves (2017) ao compreender o encarceramento feminino enquanto consequência da feminização da pobreza e da racialização da pena, uma vez que a mulher encarcerada é punida duplamente (por ser mulher e pelo delito) enquanto a mulher negra encarcerada é punida triplamente (por ser negra, por ser mulher e pelo delito):

É neste sentido que podemos considerar o ordenamento jurídico brasileiro como uma (re)atualização da ordem escravocrata. Que tal sistema patriarcal-punitivo tinha (e tem) no corpo da mulher negra um de seus principais alvos pode ser ilustrado não apenas na experiência de mulheres empregadas domésticas negras aprisionadas nas cozinhas das elites brancas, mas também nas estatísticas prisionais que apontam aumento consistente no número de mulheres negras presas. Como sustentou a pesquisa, o lugar social que as mulheres negras ocupam na sociedade brasileira é refletido nas decisões desfavoráveis a elas no sistema de justiça penal.

Vale aqui ressaltar que 68% dos crimes cometidos por mulheres estão relacionados a drogas ou pequenos furtos, para complemento da renda que sustenta a família (Infopen, 2016). A maioria das mulheres mães privadas de liberdade são as provedoras do sustento familiar antes de ingressarem na prisão. Ser mulher, negra e pobre tem suas consequências mais nefastas quando no centro dessa intersecção esta localizada a experiência da maternidade. Ser mãe na condição

de presa subverte todas as normais morais que conferem o lugar da mãe na sociedade. Além da multiplicação das penas (por ser mulher, negra e pobre) ser mãe presa confere a certeza de que as sentenças penais dessas mulheres também se estenderá aos seus filhos, os quais por sua vez, ficarão sob a guarda de familiares ou serão encaminhados às casas abrigos (nesse caso, as mães não voltam a ver seus filhos). A desestruturação familiar e precarização da vida das mulheres e de seus filhos pois não há como manter a família.

A atual pesquisa, ainda em curso, tem por objetivo fazer o mapeamento dos filhos das mulheres presas, com o intuito de levantar informações das condições nas quais se encontram essas crianças e jovens, a fim de repassá-las ao Depen-PR, para que esse órgão possa intermediar a relação entre as mães presas e os filhos que estão fora. A reaproximação com os vínculos familiares é um fator positivo para a vida das mulheres encarceradas. A partir desses dados, dentro da elaboração do conhecimento acadêmico, questionar se o modelo penal e de justiça vigentes no Brasil estão obsoletos e pensar quais outros caminhos são possíveis ao invés do encarceramento feminino.

## **Bibliografia:**

ALVES, Dina. Rés Negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de raça, gênero e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **Revista CS**, 21 : 97 – 120, 2017.

BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018

CRENSHAW, Kimberle. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Estudos Feministas**, 10 (1): 171-188, 2002.

MYAMOTO, Yumi; KROHLINH, Aluísio. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. **Direito, Estado e Sociedade** n.40 p. 223 a 24; jan/jun 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias –INFOPEN MULHERES**. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias –INFOPEN MULHERES**. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2016

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2014.